

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO COLETIVA DE RELATÓRIO TÉCNICO: ACESSO E EVASÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

**Application and collective evaluation of technical report:
access and truancy in integrated high school**

André Marcos de Sousa NUNES

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Araçuaí.

andre.nunes@ifnmg.edu.br

Caio Bruno WETTERICH

Instituto Federal de São Paulo - Campus Barretos

wetterich.caio@ifsp.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v4i1.234>

Resumo

Trazer a dificuldade de acesso e o fenômeno da evasão no ensino médio integrado para o centro das discussões leva à busca por alternativas para o enfrentamento e a prevenção da evasão, possibilitando assim a estruturação de uma escola mais democrática. Dessa forma, esse estudo teve como objetivo promover o envolvimento reflexivo dos gestores, professores e técnicos administrativos do IFNMG – *campus* Araçuaí acerca do acesso e da evasão na instituição. Percorrendo o caminho da análise bibliográfica e documental, o produto educacional em formato de relatório técnico, gerado a partir da pesquisa, foi apresentado em uma videoconferência e submetido à avaliação coletiva pelos servidores do IFNMG – *campus* Araçuaí, por meio de um questionário elaborado no *Google Forms*. O material analisado constituiu-se do processo de construção, apresentação e análise dos indicadores de acesso e de evasão e as relações com variáveis categóricas compostas por grupos distintos de estudantes. Os resultados apontaram compreensão, envolvimento e o desejo de mudança de ação pelos



sujeitos envolvidos. Assim, os servidores participantes demonstraram uma boa aceitação do produto, que igualmente recomendaram o seu desenvolvimento em outras instituições.

Palavras-chave: Ensino médio integrado. Acesso e evasão escolar. Produto educacional.

Abstract

The discussion on the difficulty of access and the phenomenon of truancy in integrated high school leads to the search for alternatives for coping and preventing these problems, thus enabling the structuring of a more democratic school. Thus, this study aimed to promote the reflexive involvement of managers, teachers and administrative technicians of IFNMG - *Campus Araçuaí* about access and evasion in the institution. Going along the path of bibliographic and documentary analysis, the educational product in technical report format, generated from the research, was presented in a videoconference and submitted to collective evaluation by the staff of IFNMG - *Campus Araçuaí*, through a questionnaire prepared in *Google Forms*. The material analyzed consisted of the process of construction, presentation and analysis of access and evasion indicators and the relationships with categorical variables composed of distinct groups of students. The results indicated understanding, involvement, acceptance and the desire to change action by the subjects involved. Thus, the participating staff demonstrated a good acceptance of the research and recommended its development in other institutions.

Keywords: Integrated high school. School access and truancy. Educational product.

INTRODUÇÃO

A proposta do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT objetiva promover a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas para garantir a formação integral do estudante (BRASIL, 2018). De acordo com Chisté (2018), os produtos produzidos por meio do programa poderão contribuir com a formação crítica das pessoas, passo importante para a modificação da sociedade injusta que vivemos. Assim, alinhado aos objetivos do curso, o produto educacional gerado a partir de uma atividade de pesquisa teve como objetivo construir e analisar os indicadores de acesso e evasão dos estudantes no ensino médio integrado do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – *campus Araçuaí* e investigar as relações desses índices com de grupos de estudantes, conforme: gênero, cor/raça, vida escolar pregressa, modalidade de ingresso, auxílio financeiro e local de residência.

Os resultados foram apresentados e discutidos com a gestão da escola, professores e técnicos administrativos em educação, por meio de um seminário realizado por videoconferência. Para avaliação dos servidores e coleta de dados empíricos sobre o produto gerado, foi aplicado um questionário pelo aplicativo de gerenciamento de pesquisa *Google Forms*. Percebeu-se, na avaliação das respostas dos sujeitos envolvidos, que o produto gerou impacto positivo, com destaque para a compreensão, o envolvimento, a aceitação e o desejo de mudança de ação proporcionada pelo material.



Dessa forma, pretende-se, com esse artigo, apresentar uma estratégia de avaliação coletiva de produto educacional, buscando despertar nos sujeitos envolvidos a capacidade analítica e crítica acerca do fenômeno da evasão e da privação do acesso ao ensino médio integrado, destacando a importância estratégica da educação inclusiva e equitativa em uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Nesse sentido, conforme afirma Chisté (2018), é necessário, por meio de produtos educacionais, potencializar a participação dos educadores nas investigações realizadas. Assim, poderão, de certo modo, contribuir para a melhoria da educação, ainda que de modo local.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, ao tratar sobre ensino de qualidade socialmente referenciado em uma escola democrática, a equidade no acesso e a evasão são temas conflitantes ao assunto e ocupam espaço de destaque nos debates no sistema de ensino brasileiro.

Nessa perspectiva, Borges e Dalbério (2007) destacam a necessidade de construção de uma escola mais inclusiva e a democratização do ensino por meio de pesquisas científicas na área, seja para fazer diagnósticos das condições de equidade e exclusão escolar, seja para apontamentos de caminhos para mitigar os impactos da evasão e da falta de acesso.

Assim, trazer o fenômeno da evasão e da privação do acesso no ensino médio integrado, sobretudo, das classes excluídas para o centro das discussões leva à busca por alternativas para o enfrentamento e prevenção desse fenômeno, possibilitando a estruturação de uma escola democrática.

O ato ou o processo de evadir possui uma multiplicidade de conceitos que, para as autoras Dore e Lucher (2011), está relacionada à diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão. Para Pereira, Zavala e Santos (2011), apesar do debate sobre a evasão, existe um consenso mínimo em defini-la como um abandono voluntário da escola pelo estudante, que pode ser explicado por diferentes categorias de variáveis: socioeconômicas, individuais, institucionais e acadêmicas. Dore e Lucher (2011) trazem uma definição mais ampliada sobre evasão que pode ser considerada como: a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno ou ainda aqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória¹, e o estudante que concluiu um determinado nível de ensino e desiste de prosseguir.

Os termos abandono e evasão escolar, embora, por vezes, entendidos como similares, Sadalla *et al.* (2018) os tratam como momentos escolares distintos. Para as autoras, ainda que as duas situações dizem respeito à exclusão escolar, cada uma tem um significado diferente, descritos da seguinte forma: o abandono escolar caracteriza quando o estudante deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo, ou seja, deixar de frequentar a escola sem terminar uma determinada série ou ano escolar. Já a situação em que o estudante, seja reprovado ou aprovado, não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte é entendida como evasão escolar.

¹ De acordo com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, trata-se da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.



Entendida por Fritsch (2017) como um indicador de desempenho escolar, a evasão do estudante constitui-se numa possibilidade de, transversalmente, dar visibilidade a fatores e variáveis determinantes para formular políticas públicas e práticas para sua prevenção, em prol da qualidade social da educação. Para o autor, no campo da gestão educacional, a evasão do estudante é um indicador de fluxo escolar que mostra, de alguma forma, o desempenho dos sistemas e das instituições de ensino. Silva, Dias e Madeira Silva (2017) entendem que desvelar a realidade e conscientizar-se da práxis² educativa como sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade é um passo fundamental para o enfrentamento do fracasso escolar que excede o desejo autônomo do estudante e que vai além da evasão e da repetência.

Considerando que os fatores que resultam na evasão escolar são também inerentes à instituição de ensino, Bourdieu (1998) aponta que não podemos abdicar de interrogar sobre a responsabilidade da escola na perpetuação das desigualdades sociais. Já para Araújo, Silva e Mendes (2014), temos de construir políticas públicas concretas que venham garantir a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Caso contrário, democratizaremos o acesso, mas não democratizaremos o conhecimento, algo imprescindível para rompermos com a cultura escolar elitista, segregadora e dualista. Para Fritsch (2017), pouco se evidencia a evasão como exclusão da escola, de um bem público em que a pessoa tem o direito de estar, como frustração das expectativas, sonhos, sofrimento e como sinal de fracasso escolar do sistema. Conforme apontado por Moura (2007), a desigualdade estrutural na educação brasileira se instalou desde a sua concepção. Nesse sentido, a criação de medidas e ferramentas para o monitoramento da evasão é fundamental para avançar no rompimento dessa condição.

Na análise da evasão e do acesso e suas relações com as categorias de gênero, raça/cor, vida escolar pregressa, distribuição de auxílios estudantis, local de residência, os pesquisadores pouco descrevem sobre esses fenômenos na modalidade do ensino médio integrado especificamente. Nesse sentido, buscou-se dialogar com trabalhos que investigassem sobre essas populações no contexto educativo, pois, para Souza (2014), a educação sendo um projeto social deve ser pensada a partir de uma série de fatores, tanto de ordem pedagógica, quanto de ordem econômica, cultural, social, dentre outros.

Acerca do contexto gênero, a mulher, ao longo da história, vem sofrendo discriminações de inferioridade intelectual, recebendo a responsabilidade de cuidar da casa, mas, ao mesmo tempo, destituída de valor econômico e de prestígio. Dessa forma, Salva, Ramos e Oliveira (2014) destacam que tais padrões de comportamentos vão sendo transmitidos de geração a geração. Assim, é dessa forma que esses modelos são internalizados e disseminados inconscientemente de forma que os tomamos como naturais.

Salva, Ramos e Oliveira (2014) levam à reflexão entre o natural e o construído e a percepção de que a escola muitas vezes se torna outra forma de controle. Entretanto, também poderá contribuir para um processo reflexivo e uma possível mudança desses padrões de comportamento, que criam preconceitos e discriminação em nome do estabelecimento da ordem das coisas. Por conseguinte,

² Freire (1970) indica que a práxis trata-se da ação e reflexão ocorrendo simultaneamente, portanto, sem nenhuma dicotomia de que resultasse que esse fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação.



Não há uma educação neutra, universal. Ela está sempre ligada a atender certos objetivos e a submeter os indivíduos para que determinados fins sejam alcançados. Cada sociedade se insere em vários momentos históricos para atender às necessidades produtivas, intelectuais, de poder em dado momento e a educação também deve ser trabalhada para tanto (SOUZA, 2014, p. 115).

Buscando compreender as desigualdades que permeiam o campo da educação e participação no mercado de trabalho nas relações de gênero, cor/raça, e, em especial das mulheres negras, Souza (2014) percebe que elas estão nos espaços da sociedade e que as diferenças de padrões foram historicamente construídas pela cultura hegemônica.

Acerca do contexto cor/raça ou etnia no âmbito educacional, Arroyo (2015, p. 16) faz a seguinte indagação: “Em que tempo estamos na garantia do direito à educação das crianças, dos adolescentes, jovens adultos trabalhadores, pobres, negros, indígenas, quilombolas, das periferias e dos campos?”. Para o autor, será urgente nos aprofundarmos nessas visões e tratos como o caminho obrigatório para entendermos os impasses na garantia ou na negação do direito à educação.

Nesse sentido, fica cada vez mais exposta na cultura social e política uma injustiça que precisa ser denunciada conforme a sentença a seguinte:

A lenta construção de nosso sistema educacional e a lenta garantia do direito à educação do povo é inseparável da história de segregação de que é vítima. Sem aprofundar nessa história segregadora não há como avançar no entendimento da história da educação pública. Uma história amarrada ao padrão de poder-dominância persistente em nossas relações de classe, sociais, econômicas, políticas, culturais e pedagógicas (ARROYO, 2015, p. 19).

Para além de todos esses problemas, Arroyo (2015) ainda denuncia uma criminalização moral da juventude e dos adolescentes, que, na visão do autor, classe e raça terminam marcando as políticas e as leis quanto a emprego, moradia, acesso a serviços sociais, crédito, até mesmo quanto ao acesso e a permanência na escola.

No que se refere aos cotistas sociais e raciais, a Lei nº 12.711/12, identificada como a lei de cotas, Ferreira e Coelho (2019) reconhecem que houve aumento das taxas de escolarização de negros no ensino médio, em especial, nas instituições federais que ofertam cursos técnicos integrados ao nível médio. No entanto, as autoras alertam que as instituições carecem de adoção de ações específicas com vistas à permanência e ao êxito escolar deles.

Em outro ponto de vista, Souza *et al.*, (2020) acreditam que os eventos conflitantes, tanto no que se refere ao acesso como à permanência na escola, que envolvem negros, indígenas, pessoas com necessidades específicas, ao longo da história, são ainda perpetuados na sociedade hodierna, sendo impossível considerar que a população brasileira está em condições de igualdade. Para as autoras, a referida lei, mesmo já inclusa no ordenamento jurídico brasileiro, ainda é motivo de debate na sociedade. Sobre isso, ao mesmo tempo em que



determinado grupo de estudiosos defendem que ela fere o princípio da igualdade, outro entende que igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.

Prover o acesso à educação para grupos minoritários ainda não é um assunto consolidado. A reserva de vagas no sistema de ensino para grupos de populações historicamente excluídos instaura um campo de disputa, a julgar pela Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação, ainda que posteriormente revogada, previa no seu texto a extinção da indução para que as universidades públicas, em diversos programas de pós-graduação, adotassem Políticas de Ações Afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiências, ampliando a diversidade étnica e cultural em seu corpo discente (DOU, 2020). Ao conseguir acessar a escola, em estudo realizado por Moura e Tamboril (2018), os estudantes ingressantes por cotas afirmaram que a maior barreira vivenciada está em relação aos conhecimentos prévios necessários para o acompanhamento dos cursos. Segundo eles, essa situação os diferencia da maioria dos estudantes oriundos de escolas privadas e daqueles que tiveram melhores oportunidades de aprendizagem na rede pública. Especialmente, são colocadas dificuldades em relação às disciplinas das áreas de exatas, disciplinas que compõem, de forma bastante intensa, os currículos dos cursos que frequentam.

Moura e Tamboril (2018) consideram que o combate à injustiça social, caracterizado pelo acesso a direitos fundamentais, perpassa pelo reconhecimento da determinação de categorias sociais como raça, etnia, classe, gênero, dentre outras, na definição de posições sociais ocupadas pelos integrantes dos diferentes grupos. Para os autores, as medidas de ações afirmativas têm a grande tarefa de contribuir no processo de democratização do acesso nas instituições federais de ensino, assim como na inclusão social dos diversos grupos que se encontram sub-representados em diferentes setores da sociedade.

No que se refere aos auxílios estudantis, Ferreira e Souza (2018) investigaram a permanência escolar dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada ao ensino médio e suas relações com a Política de Assistência Estudantil. Assim, os autores concluíram que

A concepção de política de permanência está relacionada à minimização das dificuldades socioeconômicas que afetam diretamente a permanência no curso, sem a qual os alunos não estariam na instituição. Auxílios como alimentação, transporte e moradia, são as necessidades imediatas destes estudantes, uma vez que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio da instituição exige dos alunos que estejam por um tempo prolongado na instituição, nos turnos extensos ou mesmo nos contra turnos, e em aulas no sábado, devido a especificidades dos cursos técnicos integrados que possuem uma grade curricular extensa (FERREIRA e SOUZA, 2018, p.18).



A Política de Assistência Estudantil do IFNMG (2017)³ está dividida em diversos programas, como se segue: Moradia Estudantil, Segurança Alimentar, Inclusão Digital, Creche-Escola, Educação para a Diversidade, Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, Atenção Saúde, Acompanhamento Social e Incentivo ao Esporte e Lazer. Também compõem a política Incentivo à Educação Artística e Cultural, Integração dos Estudantes Ingressantes, Incentivo à Formação de Cidadania, Incentivo à participação em eventos e reuniões dos órgãos Colegiados do IFNMG, Auxílio Emergencial, Incentivo à Mobilidade Acadêmica, Incentivo a Pesquisa e Extensão e o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante.

Dentre esses programas, o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante é o que requer uma maior quantidade de recursos financeiros e é destinado aos discentes de cursos presenciais e visa desenvolver ações de oferta de auxílios financeiros e acompanhamento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para que os beneficiários tenham condições de suprir necessidades básicas como alimentação, itens escolares, dentre outras. O programa possui três tipos de auxílios financeiros: Permanência I, Permanência II e Permanência III, distribuídos conforme a situação socioeconômica do estudante (IFNMG, 2017). Para Imperatori (2017), a Política de Assistência Estudantil não se constitui uma política consolidada, mas situa-se em um campo de disputa e está passando por um processo de legitimação. Nesse sentido, a assistência estudantil é reconhecida como uma estratégia de equidade social para possibilitar o acesso, a permanência e o êxito no ensino médio integrado pelos filhos da classe trabalhadora.

Sobre o acesso e permanência em uma educação de qualidade para o jovem rural, envolve a defesa de reformas educacionais que rompam com o modelo hegemônico de educação, no qual estão as lutas dos movimentos sociais que reivindicam uma educação que os represente. Deve estar centrada nas especificidades das pessoas em seu território: os povos do campo (quilombolas, pescadores tradicionais, indígenas, extrativistas, camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, caixaras, e outros) que requerem uma educação como direito público subjetivo (MELO e ALMEIDA, 2019). Esse sempre foi o paradigma da educação rural, pois, sem considerar as especificidades do jovem rural, buscava-se apenas a permanência dele no campo com o intuito de qualificá-lo minimamente para operacionalizar as práticas agrícolas inovadoras, conforme destacam os autores a seguir:

Este paradigma educacional buscava favorecer os interesses dos colonizadores/opressores/dominadores que expropriaram os povos do campo de seu pertencimento e identidade, pois lhes conferiam uma educação reducionista, impregnada de sentidos de dominação para qualificar mão de obra dos trabalhadores rurais para lhes beneficiar, os destituindo dos direitos básicos [...] (MELO e ALMEIDA, 2019, p. 96).

Ao analisar essas categorias e suas relações dentro do contexto educacional, percebe-se que a educação brasileira sempre ocupou um campo de disputa, seja para manutenção do seu *status quo*, seja para uma educação promotora da liberdade, transformação e emancipação social. De acordo com o pensamento de Barros e Sousa (2016), a equidade poderia ser prática

³ O Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG está disponível no Portal eletrônico da Instituição, e pode ser acessado em: <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil>.



indispensável para se chegar ao ideal de justiça e de cidadania plena, capazes de garantir o gozo de uma situação de igual bem-estar para todos os cidadãos. A “justa igualdade de oportunidades” significa que não deve haver barreiras legais e sociais que impeçam alguns segmentos da sociedade de acessar e de permanecer nas instituições sociais (UNESCO, 2019).

Para uma melhor definição de equidade, Barros e Sousa (2016, p.12) interpretaram-na como sendo “uma adaptação da norma geral a situações específicas, pois a aplicação de uma norma genérica quando empregada literalmente, sem se levar em conta as especificidades de diferentes situações, poderia produzir injustiça”. Conforme pontuado pela UNESCO (2019), o acesso à educação e os resultados da aprendizagem não devem ser afetados por circunstâncias fora do controle das pessoas, como gênero, local de nascimento, etnia, religião, língua, renda, riqueza ou deficiência. Daí a necessidade da criação de um diagnóstico de indicadores de equidade e de trajetória da educação profissional e tecnológica para monitorar os índices de acesso e de evasão e suas relações com gênero, território, raça/cor, modalidade de ingresso, vida escolar pregressa e vulnerabilidade social.

2 METODOLOGIA

Para a Unesco (2019), a busca por alternativas para o enfrentamento e a prevenção da evasão, possibilitando a estruturação de uma escola democrática passa pela coleta, agrupamento e avaliação de evidências sobre o acesso e evasão, com atenção especial a estudantes que correm maior risco de marginalização ou exclusão. Assim, acredita-se que os indicadores de acesso e evasão poderão subsidiar a gestão, a equipe pedagógica, a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários e os profissionais envolvidos a materializar estratégias na promoção da equidade educacional. Dessa forma, evitar-se-á que esse modelo inovador de ensino ofertado pelos institutos federais caia nas mãos de uma minoria já bastante favorecida.

Os diagnósticos realizados a partir da construção e análise dos indicadores de acesso e de evasão dos alunos do ensino médio integrado do IFNMG – *campus* Araçuaí e suas relações com categoria de estudantes, conforme: gênero, cor/raça, vida escolar pregressa, modalidade de ingresso, auxílio financeiro e local de residência, comporam o produto educacional aplicado e avaliado pelos servidores da escola.

Para obtenção dos resultados apresentados no produto, seguiu-se o percurso recomendado por Gil (2008). Dessa forma, o estudo se classificou como uma pesquisa aplicada de abordagens qualitativa e quantitativa e a coleta de dados envolveu levantamento documental, a partir das informações constantes na Base de dados do Sistema Nacional de Informações da Educação – SISTEC, na pasta individual do aluno e registros da Secretaria de Registros Escolares – SRE, nos resultados finais dos editais dos processos seletivos de entrada de alunos para cursos técnicos presenciais de nível médio na modalidade integrado do *campus* Araçuaí e nos resultados dos editais referentes aos processos seletivos para concessão de auxílios do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes – PAAE.

Para o processamento dos dados levantados na pesquisa documental utilizou-se os softwares Microsoft Excel e IBM SPSS. Em função da grande quantidade de dados, o Excel possibilitou uma melhor ordenação das informações. Para identificação da relação entre acesso e evasão com categorias de alunos proposta nos objetivos do trabalho, aplicou-se, por meio do SPSS o



teste estatístico denominado Qui-quadrado de Person. O referido teste opera a partir das hipóteses 0 e 1, sendo a primeira a hipótese nula e a segunda a hipótese alternativa, que, conforme o resultado, definirão se houve evidências estatísticas suficientes para afirmar a dependência ou independência entre acesso e evasão e as categorias estudadas (SALES JÚNIOR, 2013).

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, abordados de maneira sucinta na próxima seção, foi elaborado um relatório diagnóstico com o objetivo de coletar, agrupar e avaliar dados sobre a evasão e o acesso à educação, com atenção especial a estudantes que correm maior risco de marginalização ou exclusão. O documento foi enquadrado na categoria material textual descrito pela CAPES no documento de Área de Ensino de 2013 e 2016, como ainda o material foi aplicado e avaliado pela gestão, professores e técnicos administrativos da escola durante um seminário.

A importância do seminário concretiza-se pelo fato dos participantes deixarem de ser sujeitos passivos para se transformarem em sujeitos ativos, capazes de proporem ações coerentes que propiciem a superação das dificuldades detectadas (VEIGA, 2011). Segundo Perobelli (2018), a finalidade do seminário é informar, esclarecer, transmitir um saber, ampliar o conhecimento do auditório a respeito de temas atuais ou de interesse da comunidade envolvida e/ou para a sociedade. Já para Veiga (2011), a premissa que justifica o uso do seminário diz respeito à própria natureza humana que traz consigo um sentimento de inter-relacionamento, de necessidade de interação. Em seu sentido amplo, a autora define seminário como

[...] um congresso científico, cultural ou tecnológico, isto é, um grupo relativamente numeroso de pessoas (educadores, especialistas, técnicos e alunos), com o propósito de estudar um tema ou questões de uma determinada área sob a coordenação de uma comissão de educadores, especialistas ou autoridades no assunto (VEIGA, 2011, p. 111).

Perobelli (2018) indica que o conteúdo a ser exposto no seminário pode abranger diversas temáticas, desde as escolares, passando pelas científicas, históricas e todas aquelas envolvendo os temas transversais. Os objetivos do seminário envolvem: investigar um problema para alcançar profundidade de compreensão, analisar criticamente fenômenos observados, propor alternativas para resolver as questões levantadas, instaurar o diálogo crítico sobre um ou mais temas (VEIGA, 2011).

Para cumprir com as medidas de proteção individual e da coletividade em função da Covid-19, o seminário foi realizado em meio virtual pela plataforma de videoconferência *Google Meet* e contou com a participação de 27 servidores, ou seja, aproximadamente 25% dos servidores do *campus* Araçuaí. Durante o seminário, os servidores puderam fazer comentários e sugestões quanto ao produto educacional desenvolvido.

Previamente ao seminário, o produto educacional, por meio do e-mail institucional, foi enviado aos servidores para leitura. Após o evento de apresentação do relatório diagnóstico, foi disponibilizado aos participantes e não participantes, por meio de um link de acesso ao Google Forms, um questionário de avaliação do produto educacional contendo 11 questões. Dentre as vantagens da utilização do questionário está o anonimato, sua maior abrangência e, em virtude da natureza impessoal do instrumento, possibilita maior uniformidade na avaliação



(MARCONI e LAKATOS, 2003). Os autores acrescentam que o questionário é construído com perguntas fixadas de antemão que resultará em respostas mais objetivas.

Por fim, é importante destacar que o projeto dessa pesquisa foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado sob o parecer de nº 11024319.0.0000.8507. Ressalta-se que todos os termos de autorização para uso dos dados e de consentimento foram realizados. O produto educacional está depositado na íntegra na plataforma Educapes⁴

3 RESULTADOS

De maneira geral, os resultados obtidos na pesquisa de mestrado ProfEPT, base para a construção do relatório diagnóstico, indicam que os índices de acesso ao ensino médio integrado representam uma importante conquista para a localidade e a região. O número expressivo de alunos matriculados caracteriza a inclusão dos filhos de trabalhadores nesse processo.

Sobre as relações de acesso e as variáveis categóricas, os resultados permitiram observar que os índices de ingresso de alunos do sexo masculino e feminino se aproximam. Nota-se também que o *campus* Araçuaí consegue atrair uma boa quantidade de alunos de outros municípios e que, em decorrência de políticas públicas de ampliação do acesso, um maior número de alunos oriundos de escolas públicas ingressaram na instituição. No entanto, necessita-se de mais estudos para identificar o percentual de alunos, tanto de escolas públicas como de escolas privadas conluentes do ensino fundamental de Araçuaí e região que pretendem cursar o ensino médio integrado na instituição.

Os dados de acesso também apontaram baixa participação de alunos de cor/raça negros, indígenas e jovens oriundos da zona rural. Com relação aos estudantes atendidos pelos auxílios financeiros, entende-se que há uma lacuna a ser preenchida, uma vez que os resultados traduziram duas interpretações: houve pouco acesso do jovem em vulnerabilidade social na escola ou os recursos financeiros distribuídos foram insuficientes e atenderam a menor parte dos necessitados.

Em relação à evasão, essa variável se mostrou com maior evidência nos anos iniciais da escola (2011 e 2012), o que pode estar relacionado aos fatores derivados da implantação da escola como, por exemplo, a pouca infraestrutura. Nos anos seguintes, mesmo que em menor número, a evasão continuou ocorrendo, sendo necessário o entendimento desse processo para a adoção de estratégias para a mitigação do problema.

Acerca das relações dos índices de evasão e das categorias de gênero, local de residência, raça/cor, modalidade de acesso, vida escolar pregressa e vulnerabilidade social, os resultados traduziram que o jovem do sexo masculino, cotistas e alunos não contemplados com auxílio financeiro, apresentam maior probabilidade de evadir da escola. As demais variáveis categóricas não apresentaram evidência estatística de relação com a evasão, contudo, quando comparado os índices de evasão com os de acesso do mesmo grupo sob análise, percebeu-se que os indicadores de evasão são maiores para alunos pretos, amarelos e indígenas, sendo que

⁴ Link de acesso ao Produto Educacional: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599390>.



o mesmo acontece com alunos oriundos de escolas públicas ou públicas e privadas e alunos de outros municípios. Esses dados, bem como os resultados, estão descritos em maiores detalhes no produto educacional⁵. Com relação aos resultados obtidos da aplicação e avaliação do produto educacional, primeiramente apresenta-se no Quadro 1 as principais considerações realizadas pelos servidores acerca do produto educacional durante o seminário.

Quadro 1 - Súmula das principais considerações dos participantes frente ao produto educacional

Participantes	Considerações sobre o produto
Participante A	“A questão da evasão continua sendo um objeto de preocupação. O trabalho deveria ser feito como parte da própria política institucional.”
Participante B	“O IFNMG deveria usar esse trabalho como ferramenta institucional.”
Participante C	“O trabalho é de suma importância não somente para o <i>Campus</i> Araçuaí, mas para todo o IFNMG. Conhecer a realidade da unidade é passo inicial para pensar em políticas que sejam mais assertivas e o documento traz elementos fundamentais.”
Participante D	“Gostei muito do aspecto visual e da clareza dos gráficos. A pesquisa abriu novas possibilidades e desdobramentos. É um campo bastante interessante e necessário ser investigado na nossa instituição.”
Participante E	“Fiquei sempre incomodado por não ter essa tabulação de dados no campus, vejo o trabalho como uma provocação podendo ser ampliado.”
Participante F	“O trabalho contribui muito para as nossas análises e reflexões. Ele joga luz sobre a nossa realidade no aspecto da evasão, por vezes, a gente trabalha muito no escuro por não ter dados com mais clareza e isso compromete a qualidade do nosso trabalho. O trabalho também amplia muito as possibilidades de análise.”
Participante G	“Excelente pesquisa que contribui para a discussão da evasão. O relatório está muito bom!”
Participante H	“A evasão é um ponto muito sério dentro da instituição.”

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do Quadro 1, observa-se que o produto desenvolvido teve uma aceitação considerável entre o público participante do seminário, destacando, especialmente, a importância do levantamento desses dados e sua análise, uma vez que não se tinha, até o momento, esse tipo de investigação no *campus*.

Em função do baixo índice de desenvolvimento humano de Araçuaí e região, durante o evento, houve sugestões para que o método utilizado fosse aplicado para analisar a relação do acesso e evasão com outras variáveis, tais como renda familiar e formação dos pais. Espera-se no futuro implementar no trabalho essas análises sugeridas.

Como mencionado anteriormente, a avaliação ainda contou com um questionário contendo 10 questões objetivas e uma dissertativa para considerações, sugestões e/ou críticas sobre o produto. O questionário foi respondido por 29 servidores, sendo a questão dissertativa (questão 11) respondida por 11 servidores.

⁵ O Produto Educacional está disponível no link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599390>.

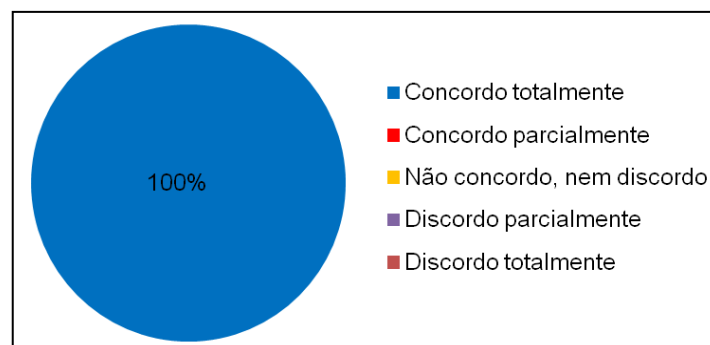


As questões de 1 a 3 tiveram como objetivo conhecer os sujeitos, a quem se destinava o material examinando, sobre a formação, o cargo e se os participantes da pesquisa ocupavam função de gestor no *campus*. As respostas ficaram distribuídas da seguinte forma: i) sobre a formação, um servidor com ensino superior, 11 servidores com especialização, 14 servidores com mestrado e três servidores com doutorado; ii) a respeito do cargo, 11 servidores eram professores representando aproximadamente 20% do total de docentes lotados no *campus* e 18 servidores eram técnicos administrativos em educação, representando 36% do total de técnicos lotados no *campus*; iii) no que diz respeito à ocupação em função de gestão, 10 servidores eram gestores e 19 não ocupavam função de gestão.

As questões 4 e 5 buscaram abordar as ideias centrais do material e os temas principais geradores de experiência e aprendizagem, buscando identificar a percepção sobre o tema em questão, pois, conforme aponta Chisté (2018), conhecer a opinião dos participantes da pesquisa sobre o assunto ajudará a melhorar o material educativo. As respostas das questões estão estruturadas nos gráficos 1 e 2.

Questão 4 – Você considera que coletar, agrupar e avaliar evidências sobre acesso e evasão, com atenção especial aos estudantes que correm maior risco de marginalização ou exclusão, poderá subsidiar a gestão, a equipe pedagógica, a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários e profissionais envolvidos em materializar estratégias na promoção da equidade educacional?

Gráfico 1 - Avaliação da importância de coletar e agrupar dados de acesso e evasão

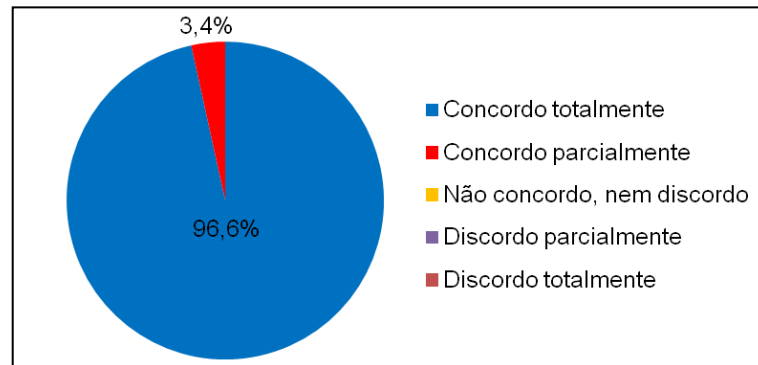


Fonte: Elaborado pelo autor.

Questão 5 – Você considera relevante para a escola mensurar a relação dos processos de acesso e a evasão com categorias de gênero, raça/cor, modalidade de ingresso, acesso aos auxílios financeiros estudantis, vida escolar progressa, município e local de residência?



Gráfico 2 - Avaliação sobre a relevância de mensurar a relação dos dados de acesso e evasão com grupos de alunos



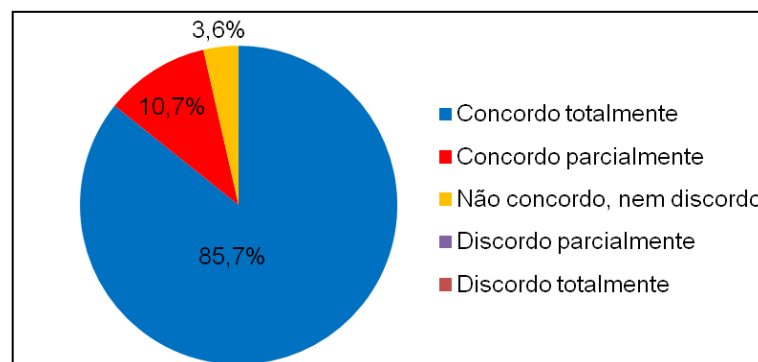
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da questão 4, é possível observar que todos os respondentes concordaram totalmente ser importante a coleta e o agrupamento dos dados de acesso e evasão dos alunos, com atenção especial àqueles que correm maior risco de exclusão. Da mesma forma, consideraram que os dados poderão subsidiar a gestão, a equipe pedagógica, a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários e os profissionais envolvidos em materializar estratégias na promoção da equidade educacional. Em relação à questão 5, observa-se que 3,4% dos respondentes concordaram parcialmente com a relevância para a escola mensurar a relação dos processos de acesso e evasão com categorias de gênero, raça/cor, modalidade de ingresso, acesso aos auxílios financeiros estudantis, vida escolar pregressa, município e local de residência dos estudantes e 96,6% concordaram totalmente em mensurar a relação desses dados.

A questão 6 consistiu em verificar a compreensão do grupo sobre o material a ele destinado. As respostas foram tabuladas e são apresentadas no gráfico 3.

Questão 6 - O conteúdo do relatório é compreensível?

Gráfico 3 - Avaliação da compreensão do produto educacional



Fonte: Elaborado pelo autor.

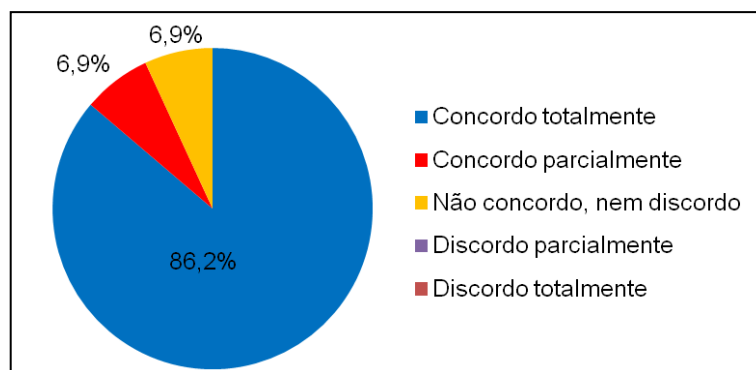
Em relação à compreensão do relatório diagnóstico, 3,6% dos respondentes não concordaram nem discordaram sobre a clareza do material, 10,7% concordaram parcialmente e 85,7% concordaram totalmente que o produto educacional é compreensível.



A sétima e a oitava questão buscaram identificar o envolvimento do grupo frente ao relatório, ou seja, se o grupo reconhece o material como destinado a ele. De acordo com Chisté (2018), é imprescindível que haja envolvimento e aceitação pelo grupo do material idealizado, permitindo confirmar se o enfoque, os conteúdos e a linguagem foram aceitos. As respostas foram tabuladas e são apresentadas nos gráficos 4 e 5.

Questão 7 - O material é útil para as necessidades em minha prática profissional?

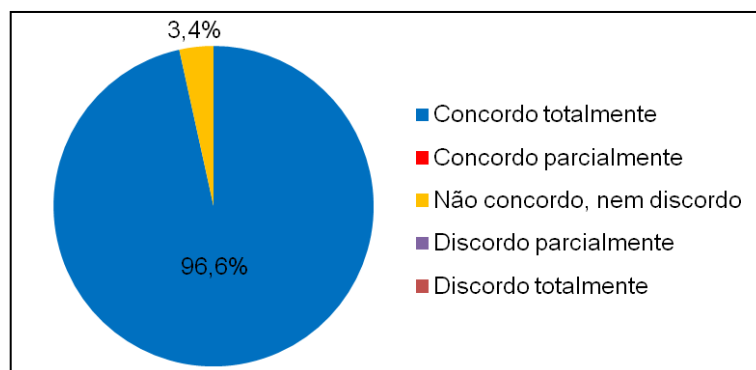
Gráfico 4 - Avaliação sobre a utilidade do produto educacional



Fonte: Elaborado pelo autor.

Questão 8 - O relatório pode auxiliar o IFNMG – *campus* Araçuaí nas decisões de suas políticas e processos?

Gráfico 5 - Avaliação sobre a contribuição do relatório para as decisões da instituição



Fonte: Elaborado pelo autor.

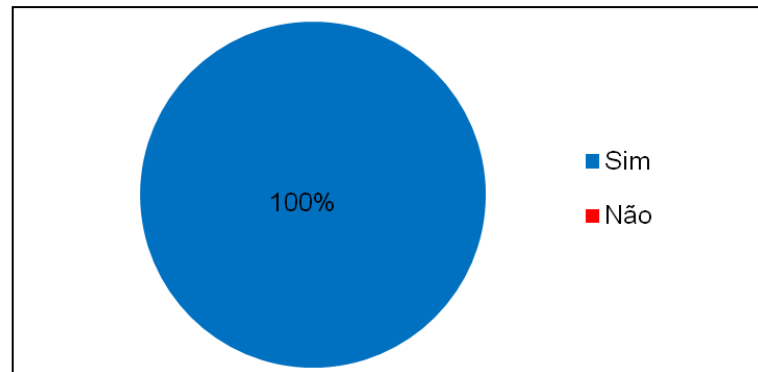
A partir da questão 7, observou-se que 6,9% dos respondentes não concordaram nem discordaram sobre a utilidade do material para a prática profissional, 6,9% concordaram parcialmente, enquanto que 86,2% concordaram totalmente que o produto educacional é profícuo para o desenvolvimento da prática profissional. Em relação à questão 8, 3,4% dos respondentes não concordaram nem discordaram que o material poderá contribuir nas decisões do *campus* e 96,6% dos respondentes concordaram totalmente que o produto educacional poderá subsidiar o IFNMG – *campus* Araçuaí nas decisões de suas políticas e processos.

A nona questão teve como objetivo avaliar se o produto reunia condições de replicação por outras instituições. O gráfico 6 apresenta os resultados.



Questão 9 - Você recomendaria a metodologia deste trabalho para outras instituições?

Gráfico 6 - Avaliação sobre a replicação do produto educacional



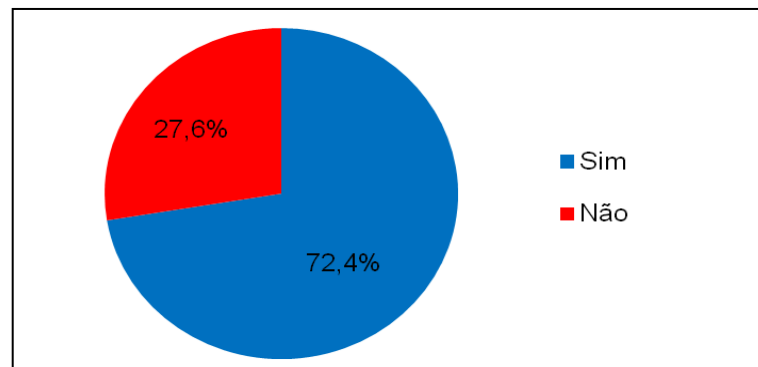
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da questão 9, observa-se que, por unanimidade entre os respondentes, o material poderia ser recomendado a outras instituições. Dessa forma, para os servidores participantes da pesquisa, o produto educacional apresenta condições de ser replicado em outras realidades.

A questão 10 versou sobre a participação no seminário de aplicação e avaliação do produto e as respostas estão representadas no gráfico 7.

Questão 10 - Você participou do seminário de apresentação do produto educacional?

Gráfico 7 - Percentual de participantes e não participantes do seminário de aplicação e avaliação do produto



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do Gráfico 7, percebe-se que, do total de respondentes, 27,6% não participaram do seminário de apresentação do produto educacional, enquanto que 72,4% afirmaram haver participado.

Por fim, a questão 11, destinada à pergunta dissertativa, 11 servidores expressaram suas opiniões sobre o produto educacional. As respostas dos servidores são apresentadas a seguir.



Questão 11 - Há algum comentário, sugestão ou crítica que você gostaria de fazer sobre o material (relacionado ou não às perguntas anteriores)?

Quadro 2 - Comentário, sugestão ou crítica sobre o produto

Respostas	Comentário, sugestão ou crítica.
R1	“O produto gerado é de excelente qualidade. Proporcionará com certeza subsídios necessários para tomada de decisão no tocante a evasão dos cursos no IFNMG e em especial no <i>Campus Araçuaí</i> .”
R2	“Parabéns pelo trabalho.”
R3	“Achei os resultados relevantes para o campus. Acredito que os dados coletados têm importância para trabalhos futuros também. Por isso, gostaria de saber se esses dados estão disponíveis em algum repositório aberto/público.”
R4	“Deixar mais claro a conclusão. Não ficou clara os motivos dos alunos terem saído da instituição.”
R5	“Parabêniso pelo trabalho desenvolvido e como sugestão é ampliar a divulgação e continuidade dessa pesquisa.”
R6	“O trabalho está de fácil entendimento o que facilitará a replicação por outras instituições.”
R7	“Gostaria de salientar a importância desse trabalho, para dar visibilidade através de dados concretos, do grande problema que é a evasão dentro da instituição.”
R8	“Precisamos desenvolver uma cultura de tomar as decisões para nossas políticas com dados (evidence-based policy) e o trabalho contribui muito! Parabéns pelo trabalho desenvolvido.”
R9	“Parabéns pela pesquisa e apresentação, informações muito importante para nosso sistema educacional.”
R10	“Gostaria de parabenizar pelo belíssimo trabalho!!”
R11	“Parabêniso o brilhante trabalho e recomendo que ele possa ser utilizado como ferramenta institucional.”

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se nas respostas dos servidores que a avaliação do produto foi positiva, com destaque para a compreensão, o envolvimento, a aceitação e o desejo de mudança de ação proporcionada pelo material, as considerações vieram ao encontro dos resultados observados nos gráficos das questões objetivas, reconhecendo a qualidade do produto educacional apresentado. O seminário e o questionário seguiram a proposta de aplicação e avaliação coletiva de produtos educacionais apontadas por Chisté (2018). A autora assegura que os produtos educacionais criados sejam produzidos e avaliados de modo coletivo, considerando as especificidades do público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou uma estratégia de avaliação coletiva do produto educacional desenvolvido durante o mestrado ProfEPT e, a partir da avaliação dos servidores, observa-se que a finalidade proposta de despertar nos atores envolvidos a capacidade analítica e crítica acerca do fenômeno da evasão e da privação do acesso ao ensino médio integrado foi



alcançada, destacando a importância estratégica da educação inclusiva e equitativa em uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

O produto educacional desenvolvido não tem a pretensão de ser direcionado apenas ao contexto do IFNMG – *campus* Araçuai. Dessa forma, pretende-se, com esse trabalho, apresentar uma proposta de levantamento de índices de acesso e evasão e suas relações com categorias de alunos historicamente excluídas que poderá ser adaptada a outras realidades. O material preparado pode não resolver o problema de acesso e evasão da educação brasileira, dado o contexto multifacetado e contraditório no qual esse campo se encontra. Entretanto, conforme afirma Chisté (2018), o produto divulgado pode contribuir com a formação crítica das pessoas, passo importante para a modificação da sociedade injusta em que vivemos.

Com pouco mais de dez anos de criação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições relativamente novas em comparação com outros modelos de escolas centenárias. Em consonância com seus objetivos, é fundamental que surjam novas pesquisas na criação de formas de inclusão e modelos de acompanhamento da equidade dentro da instituição para que seus princípios, dentre eles o combate à dualidade educacional, não se percam no caminho. Espera-se, ainda, que o relatório diagnóstico construído e a sua metodologia também permitam no futuro o levantamento e o estudo das consequências da pandemia para as populações socialmente excluídas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adilson César de; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; MENDES, Josué de Sousa. Introdução. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (orgs.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: Ifb e Rimepes, 2014. p. 15-19. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/eventos-proen/ii-forum-de-assistencia-estudantil/1300-livro-dore-et-al/file>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. O direito à educação e a nova segregação social e racial: tempos insatisfatórios?. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, ed. 03, p. 15-47, jul-set. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698150390>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TvhHNQd9rys6nwV9ghM9t9M/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- BARROS, Fernando Passos Cupertino de; SOUSA, Maria Fátima de. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-18, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Kdc66VGB5mXkMnHThYkzVPv/?lang=pt#>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- BORGES, Maria Cecília; DALBERIO, Osvaldo. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 43, n. 5, p. 1-10, 25 jul. 2007. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie4352299>. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2299>. Acesso em: 14 de ago. 2021.



BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 16. Brasília, DF, out. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020. Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 33. Brasília, DF, jun. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 24 jun. 2021.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742011000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2021.

FERREIRA, Anne Matos; COELHO, Wilma Baía. Política de ação afirmativa na rede federal de educação profissional: reflexões sobre o acesso e a permanência dos estudantes negros dos cursos técnicos de nível médio: período de 2008 a 2013. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 44, p. 120-140, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20190052>. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3212/47966026>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Educação**. Santa Maria, n. 44, p. 12, 7 fev. 2019. DOI:<http://dx.doi.org/10.5902/1984644434876>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34876>. Acesso em: 07 ago. 2021.

FRITSCH, Rosângela. Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem jovens de ensino médio de escolas públicas. In: DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra (Orgs.). **Educação profissional e evasão escolar**: contextos e perspectivas. RIMEPS, Belo Horizonte. 2017. p. 83-112.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed.6. São Paulo: Atlas, 2008.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 285-303, mai-ago. 2017. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRvh5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Relatório de gestão do exercício de 2017**. Montes Claros: Reitoria do IFNMG. 2018. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>. Acesso em: 14 ago. 2021. 393 f.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas CIAIQ2018**, v. 1, p.330-339, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MELO, Maria Aparecida Vieira de; ALMEIDA, Ricardo Santos de. A formação de professores da Educação do/no campo: território em disputa legal. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 212, p. 92-103, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43916>. Acesso em: 11 ago 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**. Rio Grande do Norte. v. 2, p. 4-30, 19 mar. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MOURA, Maria Rosimére Salviano de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. “Não é assim de graça!”: lei de cotas e o desafio da diferença. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 22, n. 3, p. 593-601, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018035604>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/byVSm4s5Vw7RXdp5KY6RFbH/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; ZAVALA, Arturo Alejandro Zavala; SANTOS, Antonio César. Evasão na Universidade Federal de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**. Mato Grosso, v. 13, n. 26, p. 74-86, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/471>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PEROBELLI, Mariza. A construção do objeto de ensino seminário sob o ponto de vista dos gestos didáticos. **Linguagem em (Dis)Curso**. Tubarão, v. 18, n. 3, p. 565-581, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180307-13117>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/d8rgLwtMyk8FXPBRJbsrqdw/?format=html>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SADALLA, Amanda; et al. Diversidade, equidade e inclusão na escola. **Estudo e Diversidades: projeto faz sentido**. Disponível em: https://fazsentido.org.br/wp-content/uploads/2018/12/ESTUDO_DIVERSIDADES_rev.pdf. Acesso: 15 dez. 2021.

SALES JUNIOR, Jaime Souza. **Uma análise estatística dos fatores de evasão e permanência de estudantes de graduação presencial da UFES**. 2013. Dissertação (Mestrado profissional em gestão pública). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1935>. Acesso em 09 ago. 2021.



SALVA, Sueli; RAMOS, Ethiana Sarachin; OLIVEIRA, Keila de. Relações de gênero e educação: fronteiras invisíveis que demarcam modos de ser. **Roteiro**, v. 39, n. 1, p. 217–240, 2014. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/4049>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, Juana.; DIAS, Paulo Coelho; SILVA, Maria Cristina Madeira de. Fatores de influência no processo de evasão escolar em três cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. **Revista UILPES**. Santarém, vol. 5, n. 3, p. 6-21, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14522>. Acesso em: 12 de ago.2021.

SOUZA, Liliane Pereira de. Educação, gênero e raça: mapeando algumas desigualdades. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. São Cristóvão, p. 113-124, 31 dez. 1969. DOI: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2959>. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2959>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SOUZA, Pedro Grabiél Gomes Borges de; *et al.* Democratização de vagas no IFMT: caminhos que se cruzam entre a desinformação e a comprovação documental. **Research, Society And Development**, v. 9, n. 2, p. 153922196, 1 jan. 2020. DOI:<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2196>. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338426266>. Acesso em: 10 jun. 2021

UNESCO. **Manual para a medição da equidade na educação**. Brasília: UNESCO Brasil, 2019. 143 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **O seminário como técnica de ensino socializado**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). *Técnicas de ensino: por que não?* Campinas: Papirus, 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos gestores, professores e técnicos administrativos em educação do IFNMG – *Campus Araçuaí* participantes da aplicação e avaliação do produto educacional.

Recebido em: 18 de agosto 2021

Aceito em: 14 de março 2022